

O QUE ESTÃO FAZENDO OS HOMENS MADUROS QUE NÃO TRABALHAM, NÃO PROCURAM TRABALHO E NÃO SÃO APOSENTADOS?

Ana Amélia Camarano¹
Daniele Fernandes²

1 INTRODUÇÃO

Desde a Antiguidade, as culturas ocidentais mostram uma preocupação em dividir a vida humana em fases buscando encontrar nelas alguma ordem e previsibilidade. Estas são marcadas, de um lado, por eventos biológicos, como puberdade, menarca, maternidade, menopausa, viuvez, senilidade, morte etc.; e por outro, por eventos sociais, como formatura, primeiro emprego, casamento, aposentadoria etc. Ao longo da história, o Estado moderno assumiu questões que eram da ordem privada e familiar e passou a regulamentar as etapas do curso da vida. Estas são normatizadas do nascimento à morte, com ênfase na escolarização, entrada e saída do mercado de trabalho e aposentadoria (Debert, 2010).

Até pouco tempo atrás, consideravam-se apenas três fases: primeira (infância e adolescência); segunda (vida adulta); e terceira (velhice). A entrada no mercado de trabalho é um dos eventos que marca o início da vida adulta para os homens e, da mesma forma, a saída dele, via aposentadoria, é o que caracteriza a entrada na última fase da vida ou a velhice. Ou seja, os homens têm a vida pautada pelo mercado de trabalho, dado que a escola, que marca a infância, pode ser considerada como o evento preparatório para ele. Para as mulheres, casamento e maternidade ainda são os eventos mais importantes na sua inserção social nessa fase da vida, muito embora a sua participação, tanto na escola quanto no mercado de trabalho, tenha crescido (Camarano, 2006).

O que se pretende chamar a atenção nesta nota é para o crescimento do número de homens brasileiros de 50 a 69 anos que não trabalhavam, nem procuravam trabalho e nem eram aposentados³ entre 1992 e 2012. Estes homens passarão a ser chamados de “nem nem”. Constituíam 4,2% dos homens nessa faixa etária, em 1992, e passaram a constituir 7,9% em 2012. Esse aumento ocorreu devido à redução da sua participação na atividade econômica e foi mais elevado no grupo 50-59 anos. Por outro lado, embora a proporção de mulheres nessa categoria seja predominante, a proporção de mulheres nessa condição diminuiu de 23,4% para 18,8%.

1. Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

2. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc do Ipea.

3. Para medir não trabalhar e não procurar trabalho, utilizou-se o conceito de população economicamente ativa (PEA). Entre os aposentados, incluiu-se, também, pessoas que não recebiam pensão por morte.

O fenômeno dos “nem nem” foi primeiro observado entre a população jovem, no caso jovens que não estudavam e nem trabalhavam. No grupo de jovens também predominam as mulheres, mas tem se observado um aumento no número de homens de 15 a 29 anos e uma redução no número de mulheres.⁴ Por razões diversas, tal fenômeno pode apresentar implicações socioeconômicas importantes nas duas situações. No presente trabalho, chama-se a atenção para o novo regime demográfico, que já está requerendo uma permanência mais longa do trabalhador na atividade econômica para compensar, pelo menos parcialmente, os efeitos negativos do envelhecimento populacional e da redução da oferta de força de trabalho. No entanto, o que se observa entre os homens brasileiros, não é apenas uma aposentadoria precoce, mas, também, uma parcela crescente que deixam o mercado de trabalho sem se aposentarem. Isto leva a se perguntar em que fase da vida esses homens podem estar alocados, ou se novos eventos/papéis sociais estão caracterizando a vida dos homens brasileiros.

A pergunta principal desta nota técnica é se esses homens estão em condições de vulnerabilidade: não procuram trabalho por desalento, não estão aposentados por falta de um histórico de contribuições e/ou estão inseridos em uma família capaz de garantir-lhes a sobrevivência básica até conseguirem uma posição satisfatória no mercado de trabalho e/ou se aposentarem. O objetivo desta nota é traçar um perfil desse subgrupo populacional, tendo como pano de fundo as vulnerabilidades e potencialidades advindas do contexto familiar no qual ele está inserido, comparando com as outras possibilidades de inserção social. Parte-se do pressuposto de que idade, escolaridade, estado conjugal, condição no domicílio e renda domiciliar afetam a alocação do tempo desses indivíduos.

A nota está dividida em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção analisa a evolução e as características dos homens brasileiros de 50 a 69 anos que não estavam na força de trabalho e não eram aposentados nos anos de 1992, 2002 e 2012; a terceira descreve a inserção social desses indivíduos; a quarta, as suas condições nas famílias, comparando com as condições dos que vivenciavam outras formas de inserção social. Em seguida, apresenta-se uma síntese dos resultados.

Os dados utilizados são os das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1992, 2002 e 2012 e dos Censos Demográficos de 1980 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

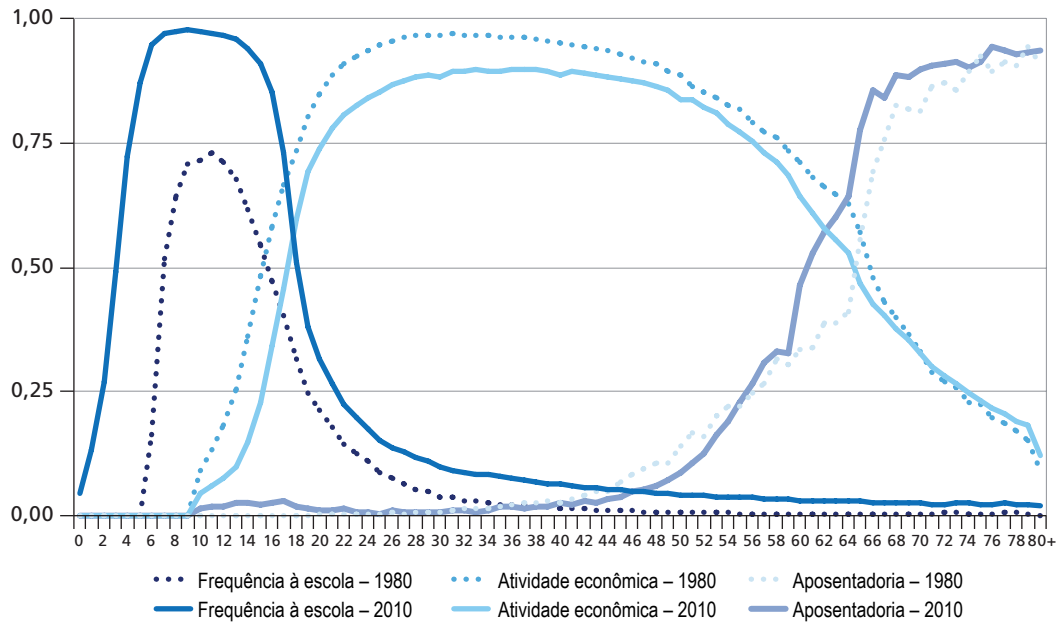
2 ALOCAÇÃO DO TEMPO ENTRE O TRABALHO E A APOSENTADORIA

Como já se mencionou anteriormente, a participação no mercado trabalho é o evento que, tradicionalmente, caracteriza a vida dos homens. O gráfico 1 mostra a divisão do ciclo da vida dos homens brasileiros nas três fases, considerando a sua participação nos eventos sociais ligados ao mercado de trabalho, em 1980 e 2010.⁵ Pode-se observar que as etapas são claramente definidas pela participação nos eventos mencionados. Observa-se, além disto, que uma etapa é subsequente à outra e que há um encadeamento da prevalência desses eventos ao longo da vida. Mas, por outro lado, verifica-se que esses homens participavam, simultaneamente, de mais de um evento, o que parece ser uma tendência crescente no tempo e tem sido verificado, também, em outras partes do mundo. Atualmente, pessoas de todas as idades mudam de trabalho com muito mais facilidade e combinam diferentes atividades como trabalho e escola, aposentadoria e escola (Martin e Pearson, 2005; Camarano, 2006).

4. Ver Camarano (2000); Camarano, Mello e Kanso (2006); Camarano, Kanso e Fernandes (2013); Costa, J.; Ulyseia, G. (2014).

5. Uma análise da participação nestes eventos entre 1980 e 2000 para homens e mulheres pode ser encontrada em Camarano, Mello e Kanso (2006).

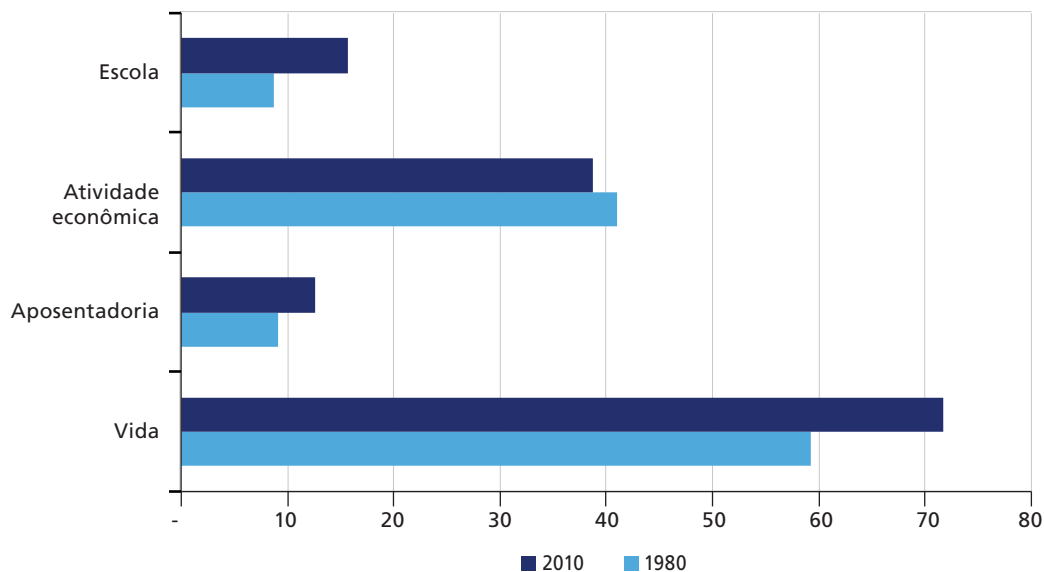
GRÁFICO 1
Brasil: proporção de indivíduos do sexo masculino nos principais eventos ligados ao ciclo da vida



Fonte: Censos demográficos de 1980 e 2010/IBGE.

No gráfico 1, observam-se várias mudanças nos trinta anos estudados: de um lado, as pessoas passaram a entrar mais cedo na escola e a sair mais tarde dela; de outro, entraram mais tarde no mercado de trabalho. A idade média de entrada no mercado de trabalho passou de 16,0 para 17,6 anos,⁶ e a saída ocorreu mais cedo, bem como a aposentadoria. O resultado, como mostra o gráfico 2, é que as pessoas estão vivendo mais e passando mais tempo na escola e na condição de aposentados. As mortes estão cada vez mais concentradas nas idades extremas. Entretanto, passam menos tempo nas atividades econômicas. Pode-se perceber uma mudança no ciclo da vida, o que para Sheehy (1996) é uma “verdadeira revolução”.

GRÁFICO 2
Brasil: duração dos eventos que marcam o ciclo da vida dos homens



Fonte: Censos demográficos de 1980 e 2010/IBGE.

6. Estimativas das autoras.

A infância termina mais cedo, a menarca e a sexualidade começam mais cedo. Por outro lado, a adolescência e a juventude se prolongam. Isto leva a se perguntar se a vida adulta está terminando mais tarde e, conseqüentemente, a entrada na última fase da vida, ou na velhice, está começando mais tarde. A aposentadoria, ou seja, a saída do mercado de trabalho, é tradicionalmente o evento que marca a entrada na última fase da vida. Contraditoriamente ao aumento da esperança de vida, a idade média em que as pessoas se aposentam está diminuindo em quase todo o mundo, inclusive no Brasil. Em 1980, as pessoas se aposentavam, em média, aos 61,0 anos, e aos 59,7 em 2010.⁷ Para Debert (2010, p. 65), “a vida adulta está espremida entre uma juventude ‘interminável’ e uma aposentadoria precoce”.

Mas, como no Brasil a legislação permite que o aposentado volte ao mercado de trabalho sem nenhuma restrição, essa aposentadoria “precoce” pode não significar uma saída do mercado de trabalho. De fato, para 2010 estimou-se que os homens saíram do mercado de trabalho aos 63,4 anos, 3,7 anos depois de aposentados. Essa participação simultânea torna tênue a delimitação das fases da vida.

Muito embora o *timing* e a frequência da participação dos homens nesses eventos tenham mudado, a questão levantada nesta nota é como entender o aumento no número de pessoas de 50 a 69 anos que não participava em nenhum deles. Eram 3,9 milhões de pessoas em 1992, ou seja, 23,3% da população desse grupo etário, número este que passou para 6,5 milhões em 2012. Este aumento foi relativamente menor que o crescimento da população de 50 a 69 anos, o que resultou em uma redução dessa proporção para 18,8%. Essa redução se deve à diminuição da proporção de mulheres nessa categoria, que passou de 40,3% para 28,1%. Já a proporção de homens nessa condição aumentou de 4,2% para 7,9%. Em termos absolutos, passou de 330 mil para 1,3 milhões.

Apesar disso, a grande maioria desse segmento ainda era composta por mulheres, 80,5% em 2012, embora esta participação venha decrescendo no tempo; em 1992 era de 91,5%. Isso leva a crer que exista um forte componente de gênero nesse fenômeno. Assume-se que uma parte dessas mulheres tenha constituído família e esteja desempenhando o papel tradicional de mãe e dona de casa. Aproximadamente 78% das mulheres que não trabalhavam e não eram aposentadas estavam casadas e 91,2% tinham tido filhos vivos em 2012.

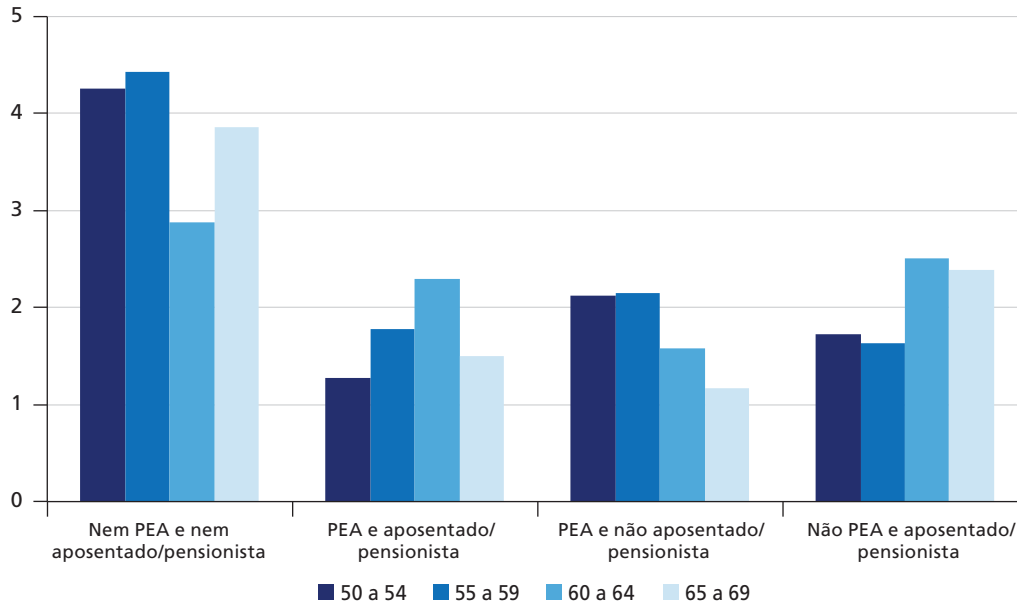
O incremento no número de homens que não trabalhavam e não eram aposentados se verificou em todos os quatro grupos de idade considerados, mas de forma mais intensa nos dois primeiros grupos, ou seja, na faixa de 50 a 59 anos, conforme mostra o gráfico 3; constituíam aproximadamente 9% deste grupo etário. Isto sugere que esses homens não cumpriram o requisito para se aposentarem e experimentavam dificuldades para se inserir em alguma atividade econômica. Dentre as dificuldades, citam os preconceitos com relação ao trabalho das pessoas mais velhas. Embora tenham mais experiência profissional que os mais jovens, têm mais dificuldades de acompanhar as mudanças tecnológicas, as taxas de absenteísmo no trabalho são mais elevadas devido a morbididades, têm menos força física etc. Isto sugere a necessidade de se elevar o número de oportunidades profissionais para esse grupo, por meio de políticas de capacitação

7. Estimativas das autoras.

continuada, de saúde ocupacional, de redução de preconceitos, entre outras, pois entre as quatro categorias estudadas nas quais esses indivíduos podem estar inseridos,⁸ esta foi a que mais cresceu em termos relativos.

GRÁFICO 3

Brasil: variação relativa da população de 50 a 69 anos segundo as categorias de uso do tempo – 1992-2012



Fonte: PNAD de 1992, 2002 e 2012/IBGE.

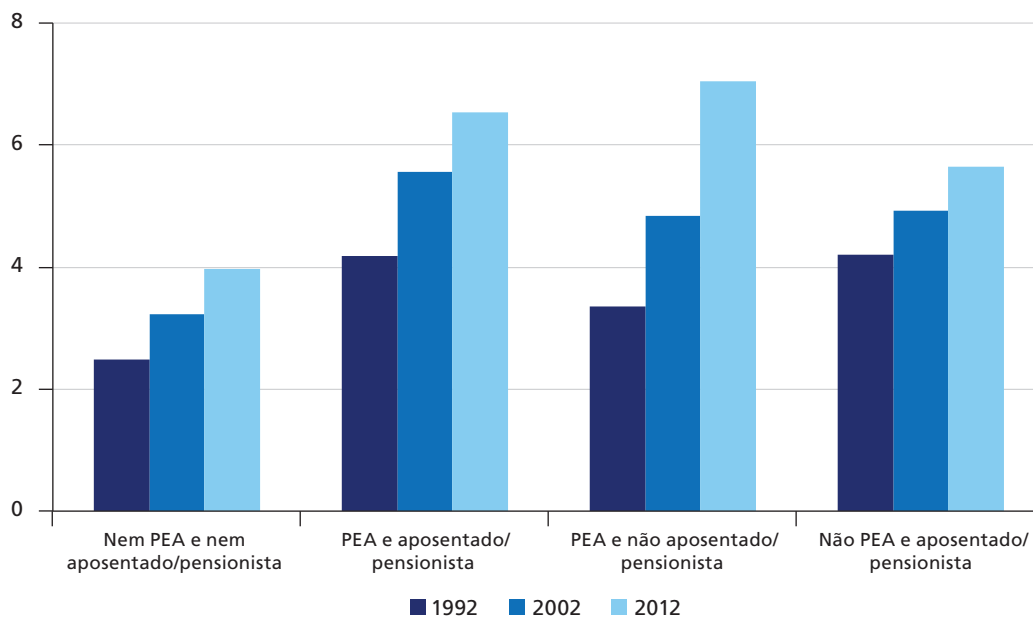
A segunda categoria que mais cresceu no período foi a formada por homens que eram apenas aposentados ou pensionistas; ou seja, não participavam da PEA. Os homens de 60 a 64 anos foram responsáveis por aproximadamente 60% desse incremento, evidenciando o avanço da cobertura da seguridade social. No conjunto das quatro categorias, a predominante é a formada por homens que apenas participavam da PEA, mas a proporção deles nessa categoria diminuiu de 57,5% para 55,3%. Também diminuiu a proporção dos que trabalhavam e eram aposentados ou pensionistas. Sintetizando, esses dados deixam claro que a redução da participação masculina ocorreu, também, sem o ingresso na aposentadoria.

O gráfico 4 apresenta o número médio de anos de estudo dos homens brasileiros de 50 a 69 anos pelas quatro categorias estudadas em 1992, 2002 e 2012. Observam-se ganhos na escolaridade de todos os homens, mais expressivos para aqueles que apenas faziam parte da PEA e não eram aposentados. Em 2012, a mais baixa escolaridade foi observada para os “nem nem”, aproximadamente quatro anos de estudo, e a mais alta para aqueles que apenas trabalhavam. A diferença entre eles foi de aproximadamente três anos. A menor escolaridade pode, também, ser um fator para explicar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Camarano, Kanso e Fernandes (2013) mostraram que uma maior escolaridade leva a uma participação mais elevada nas atividades econômicas por parte das pessoas em idades mais avançadas e, conseqüentemente, a uma renda mais elevada.

8. As quatro categorias consideradas são: não participar da PEA e não ser aposentado e nem pensionista; participar da PEA e ser aposentado e/ou pensionista; participar da PEA e não ser aposentado e nem pensionista; e não participar da PEA e ser aposentado e/ou pensionista.

GRÁFICO 4

Brasil: número médio de anos de estudos da população masculina de 50 a 69 anos segundo as categorias de uso do tempo



Fonte: PNAD de 1992, 2002 e 2012/IBGE.

3 EM QUAIS FAMÍLIAS⁹ VIVEM OS HOMENS “NEM NEM”?

A condição na família é um indicador importante, porque é dentro dela que as decisões sobre trabalhar para prover ou cuidar dos membros dependentes são realizadas. Os contratos tradicionais de gênero estabelecem que cabe ao homem trabalhar para prover a família e às mulheres cuidar dos membros dependentes. Dos homens “nem nem”, aproximadamente um quarto declarou ter algum rendimento nos três anos analisados, o que, por definição, não são nem de aposentadoria e nem de pensão por morte. Em 2012, aproximadamente um terço desse rendimento era oriundo de aluguéis, 27,8% de doações e o restante foi classificado como juros, dividendos e benefícios sociais etc. Tentando inferir como vivem esses homens, analisou-se a sua condição na família comparada a dos demais homens da mesma idade localizados nas três outras categorias. Estas foram agrupadas em apenas uma para facilitar a comparação (tabela 1).

TABELA 1

Brasil: proporção de homens de 50 a 69 anos pela condição no domicílio segundo as categorias de uso do tempo

(Em %)

	Não trabalham e não são aposentados/pensionistas			Outras categorias		
	1992	2002	2012	1992	2002	2012
Chefe	80,1	74,4	67,2	94,2	92,0	80,0
Cônjuge	1,1	5,6	13,1	0,9	3,3	14,3
Filho	5,3	7,1	9,1	1,1	1,5	2,1
Outro parente	12,4	12,2	9,7	3,4	2,9	3,3
Outros	1,2	0,6	1,0	0,4	0,3	0,4

Fonte: PNAD de 1992, 2002 e 2012/IBGE.

9. A unidade de análise aqui utilizada é o domicílio, embora o trabalho se refira quase sempre à família. Para uma discussão do conceito de família e domicílio, consulte Medeiros (2002).

Entre os homens “nem nem” predominavam os chefes de família, mas em proporção decrescente – passou de 80,1% para 67,2% entre 1992 e 2012. Esta redução foi compensada pelo aumento da proporção de cônjuges e de filhos. A proporção de homens cônjuges passou de 1,1% para 13,1%, sinalizando para uma possível mudança nas relações de gênero. Por exemplo, segundo a PNAD de 2012, 81,5% desses homens cônjuges tinham uma esposa que declarou ter rendimentos próprios, oriundos do trabalho ou de aposentadoria. Também se observou um crescimento na proporção de homens maduros na condição de filhos,¹⁰ o que sugere que no caso de separações e/ou pela falta de trabalho/renda, esses homens voltam para a casa dos pais. Essa proporção passou de 5,3% para 9,1%. Uma outra característica da vida adulta é a saída da casa dos pais e a constituição de um domicílio próprio. Pergunta-se, portanto, o que significa essa volta.

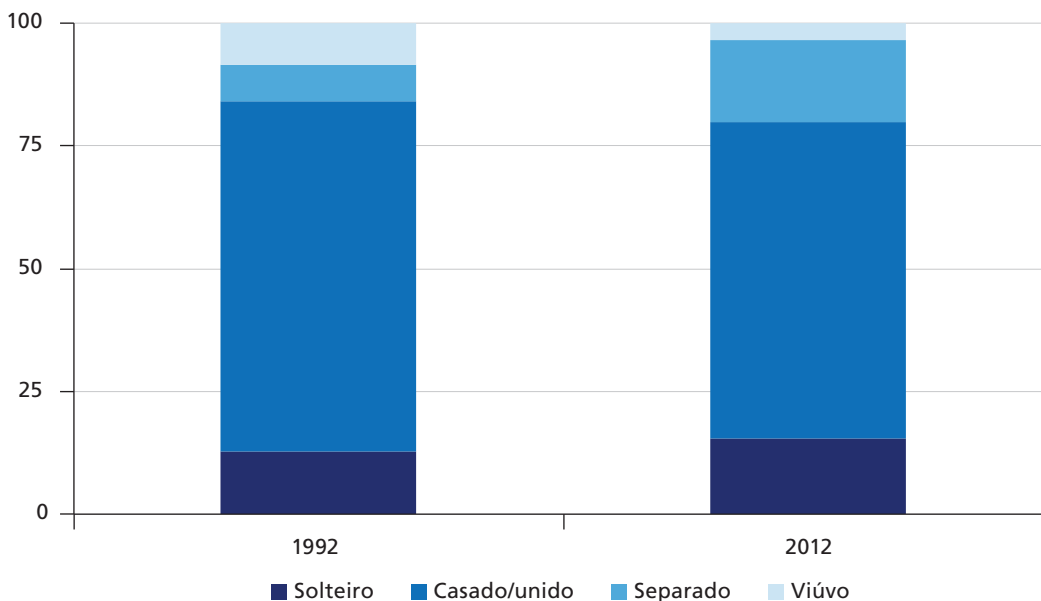
Entre os homens das demais categorias também predominavam os chefes de família em proporções decrescentes. No entanto, as proporções são mais elevadas do que entre os homens “nem nem”. Em 2012, enquanto 67,2% destes eram chefes de família, a proporção comparável para as demais categorias foi de 80,0%. Neste último caso, a redução na proporção de chefes foi compensada apenas pelo aumento da proporção de homens cônjuges, sinalizando, também, para uma mudança nas relações de gênero.

Mudanças na condição na família são, em geral, relacionadas a alterações no estado conjugal, conforme mostra o gráfico 5. A maioria dos homens que não trabalhava e nem recebia benefício de aposentadoria ou pensão era casada, proporção esta que diminuiu de 71,3% para 64,6%. Por outro lado, aumentou a proporção de separados, de 7,4% para 16,6%, e a de solteiros, que passou de 12,8% para 15,3%. Os aumentos nas duas proporções podem explicar o crescimento na proporção desses homens na condição de filhos.

GRÁFICO 5

Brasil: distribuição proporcional dos homens de 50 a 69 anos que não trabalham e nem são aposentados, por estado conjugal

(Em %)



Fonte: PNAD de 1992, 2002 e 2012/IBGE.

10. Estimou-se uma idade média para estes filhos de 54,0 anos.

4 QUEM FINANCIA ESSES HOMENS?

A tabela 2 mostra que os homens que não trabalhavam e nem eram aposentados estavam inseridos em famílias cujo rendimento médio domiciliar, tanto total quanto *per capita*, era bem mais baixo do que o das famílias que tinham homens de 50 a 69 anos nas outras categorias. O valor do rendimento médio *per capita* dos domicílios nos quais moravam pelo menos um “nem nem” era 60% do rendimento dos domicílios dos homens de 50 a 69 anos localizados nas outras categorias. A menor escolaridade dos chefes dos domicílios com “nem nem”, 1,3 anos a menos que os chefes de domicílio sem “nem nem”, pode ajudar a explicar o seu menor rendimento. Entretanto, membros que participam das atividades econômicas, também, resultam em um menor rendimento médio domiciliar.

TABELA 2

Brasil: algumas características de rendimento dos domicílios com pessoas de 50 a 69 anos nas categorias de uso do tempo – 2012

Características	Com pelo menos uma pessoa que não é PEA e nem aposentado/pensionista	Sem nem nem
Número médio de moradores	3,4	3,0
Idade média do chefe	58,9	57,9
Número médio de anos de estudo do chefe do domicílio	5,5	6,8
Rendimentos (R\$)		
Rendimento médio domiciliar	2.360,28	3.435,60
Rendimento médio <i>per capita</i> dos domicílios que tem adultos na categoria estudada	697,2	1.143,2
Fontes de rendimento dos chefes (%)		
Trabalho	53,9	62,0
Aposentadoria/pensão	37,5	34,9
Aluguel	4,0	1,9
Doações	0,8	0,1
Outros rendimentos ¹	3,9	1,2
Contribuição da renda dos membros nos domicílios (%)		
Chefe	54,0	55,5
Cônjuge	13,2	21,4
Filho	25,6	16,5
Outro parente e outro membro	7,3	6,6
Participação na PEA		
Número médio de pessoas que fazem parte da PEA	1,2	1,7
Número médio de mulheres que fazem parte da PEA	0,4	0,8

Fonte: PNAD de 2012/IBGE.

Nota: ¹ Outros rendimentos são: rendimento de abono permanência, juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos.

Cerca de 55% da renda dos dois tipos de domicílios considerados era oriunda da renda do chefe. A segunda contribuição importante na renda dos domicílios com “nem nem” era dos filhos (25,6%), e nos outros domicílios, do cônjuge (21,4%). Esta contribuição relativamente mais alta dos filhos ocorreu em famílias nas quais os chefes eram ligeiramente mais velhos.

O trabalho era a principal fonte de renda nos dois casos, o que é compatível com o momento no ciclo vital dos chefes, cuja idade média estava em torno de 58 anos. Esta contribuição era mais baixa nos domicílios dos “nem nem”, em parte, porque o número de pessoas que trabalhavam nestes domicílios era menor, uma diferença de 0,5 pessoas. Isto pode, talvez, ser explicado pelo menor número de mulheres na PEA, 0,4 a menos do que nos domicílios sem “nem nem”. No entanto, as famílias com nem nem são maiores. Isto significa uma maior dependência sobre a renda dos que trabalham ou sobre os benefícios sociais. Nos dois tipos de domicílios, os programas sociais, incluindo aí o seguro-desemprego, bolsa família, aposentadorias e pensões tinham uma contribuição importante. Esta era mais elevada naqueles com “nem nem”. A contribuição de doações de membros não residentes nos domicílios era muito baixa.

5 COMENTÁRIOS FINAIS

Observou-se que a redução da participação da população masculina nas atividades econômicas é resultado de uma entrada mais tarde e saída mais cedo do mercado de trabalho. Mas esta saída não está associada apenas à aposentadoria “precoce”. Entre 1992 e 2012, observou-se um crescimento tanto relativo quanto absoluto no número de homens que não trabalhavam e não eram aposentados e nem pensionistas. Esse aumento foi mais expressivo entre os de 50 a 59 anos, o que sinaliza para uma dificuldade do mercado de trabalho de absorvê-los. Não se investigou neste trabalho se esse crescimento poderia estar associado a alguma incapacidade física, cognitiva ou mental para o trabalho.

É muito comum encontrar na literatura que o trabalho é o evento social mais importante da vida dos homens, pois os contratos tradicionais de gênero estabelecem os papéis de provedor para eles e o de cuidadora para as mulheres. Eventos ligados ao mercado de trabalho, como escola e aposentadoria, definem as fases da sua vida. Nesse caso, pergunta-se como se pode entender essa não inserção em nenhum desses eventos. O processo, aqui estudado, pode estar sinalizando para mudanças nas relações de gênero, dado que se observou uma diminuição na proporção de homens chefes de família e um aumento na de cônjuges e filhos. Pode, também, ser reflexo de necessidades frente a dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que requer uma maior participação das mulheres nas atividades econômicas. Em outras palavras, mudanças nas relações de gênero podem estar sendo causadas por dificuldades experimentadas pelos homens no mercado de trabalho. A baixa escolaridade dos “nem nem”, pode estar contribuindo para essa dificuldade.

A tendência aqui analisada vai em sentido contrário ao requerido pelo novo regime demográfico. A saída mais tarde do mercado de trabalho é um requisito importante para contrabalançar os desafios trazidos pela redução da oferta de força de trabalho e pelo envelhecimento populacional. Para Bloom *et al.* (2011), a população não só vive mais, como vive melhor, mesmo nas idades mais avançadas. Como resultado, as patologias do envelhecimento têm ocupado um espaço menor no ciclo da vida (relativo e absolutamente), o que tem prolongado o tempo de vida potencial de trabalho. Como isto não está acontecendo no Brasil, torna-se necessário que as políticas públicas atuem no sentido de promover uma inserção adequada desses indivíduos no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- BLOOM, D. *et al.* Population aging: facts, challenges, and responses. **PGDA Working Paper** n. 71, 2011.
- CAMARANO, A. A. Jovens brasileiros: já independentes? Como vai? **População brasileira**, Brasília, v. 1, p. 1-13, 2000.
- CAMARANO, A. A., KANSO, S., FERNANDES, D. Envelhecimento populacional, perda da capacidade laborativa e políticas públicas brasileiras entre 1992 e 2011. **Texto para Discussão n. 1890**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.
- CAMARANO, A. A., MELLO, J. L.; KANSO, S. Semelhanças e diferenças nas transições ao longo do ciclo da vida por regiões e cor/etnia. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.
- CAMARANO, A. A. (org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** IPEA, Rio de Janeiro, 2006.
- COSTA, J.; ULYSSEA, G. O fenômeno dos jovens nem-nem. *In*: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (Org.) **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- DEBERT, G. A Dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 49-70, Jul./Dez. 2010.
- IBGE. **Censo Demográfico 1980** – microdados da amostra, 1982.
- _____. **Censo Demográfico 2010** – microdados da amostra. Atualização disponibilizada pelo IBGE de 13 jul. 2013.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** – PNAD 2012 – microdados da amostra, 2013.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** – PNAD 2002 – microdados da amostra, 2003.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** – PNAD 1992 – microdados da amostra, 1993.
- MARTIN, J.; PEARSON, M. Time to change. **OECD Observer**, n. 248, p. 7-8, 2005.
- MEDEIROS, M. O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADS de 1992 a 1999. **Texto para Discussão n. 860**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002.
- SHEEHY, G. **New passages**. New York: Ballantine Books, 1996.